

CADERNO DE QUESTÕES

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

NÍVEL MÉDIO

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **60 (sessenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente à Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **5 (cinco)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e no **CADERNO DE QUESTÕES**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** deverá ser preenchida com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta **PRETA** ou **AZUL**.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega obrigatória da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **30 (trinta) minutos** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

BOA PROVA!-----
DESTAQUE AQUI

01	06	11	16	21	26	31	36	41	46	51	56
02	07	12	17	22	27	32	37	42	47	52	57
03	08	13	18	23	28	33	38	43	48	53	58
04	09	14	19	24	29	34	39	44	49	54	59
05	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60

PROVA DISCURSIVA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema “**O RESPEITO COMO PRINCIPAL FATOR/MOTIVADOR DE MUDANÇAS EM NOSSA SOCIEDADE**”.

TEXTO 01

Não há sociedade sem respeito

A sociedade depende do respeito dos filhos pelo pais, do cidadão as leis e costumes, aos lugares e instituições. Mas o objeto de respeito mudou ao longo do tempo, de uma cultura para outra. Práticas de sacrifício de culturas do passado deixaram de ser objeto de respeito bem como direitos e privilégios de determinadas classes sociais ligados a uma concepção hierárquica de sociedade “é demasiado frequente que o que deve ser respeitado não o seja, e que o que é efetivamente respeitado não deveria sê-lo”. A falta de respeito é considerada por todos um mal sintoma social e a regra vale para situações de desrespeito em programas de televisão.

A origem do respeito como necessidade social está associada ao mito de Prometeu, como descrito no Protágoras de Platão. No mito, Epimeteu foi encarregado de distribuir as capacidades entre homens e animais. Quando chegou aos homens, havia gastado todos os dotes e não sabia o que fazer. Então deu a capacidade de fazer fogo ao homem, e o homem inventou a linguagem e a técnica que lhe permitiu criar o mundo. Mas ainda viviam dispersos, expostos ao perigo e ao viverem nas cidades, se atacavam entre si. Então Zeus, interviu e deu ao homem algo que ele ainda precisava, a justiça e o respeito “Zeus temeu que toda nossa raça sucumbisse e enviou Hermes, encarregando-o de dar aos homens o respeito e a justiça (aidos e dike), para que houvesse ordem nas cidades e vínculos de amizade entre seus habitantes”.

O respeito é visto como essencial à sociedade humana porque é fundacional, está vinculado a ordem que permite a existência da humanidade. No passado, era uma relação clara com o sagrado, uma relação originária, o respeito máximo era aquele devido ao sagrado. Na nossa sociedade, o sagrado perdeu o seu sentido pela emergência da visão técnico-científica do mundo. Porquê no passado o sagrado era motivo e prática de respeito? Porque obrigada ao homem se inclinar aquilo que era considerado a fonte de vida, daí o respeito aos deuses, aos antepassados e aos textos fundacionais como a Bíblia. “A relação respeitosa com o fundacional é o que assegura a perduração e a subsistência do mundo humano”. Por isso o respeito nesse universo ocupa lugar moral importante.

Texto adaptado

Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/uma-sociedade-sem-respeito/>. Acesso em: 14/03/2019

TEXTO 02

O que é mesmo o respeito às diferenças?

Um dos refrões mais ouvidos nos dias de hoje é: “**tem que haver respeito às diferenças!**” Em diferentes situações de agressão, clamamos pelo respeito à pessoa, às leis, aos direitos, aos deveres, à justiça. O que significa de fato esse respeito? O que buscamos quando gritamos por respeito?

Constata-se que esse refrão é interpretado segundo a necessidade imediata da pessoa agredida ou segundo o critério dos que reclamam por esse direito. Mas, se algo é reconhecido como direito, por que não é vivido como tal? Constata-se que a reciprocidade exigida pelo respeito não é levada em conta, ou seja, o direito ao respeito parece não ter igual legitimidade social.

A palavra ou o conceito *respeito* é atribuído no caso da presente reflexão às *diferenças*. Por isso quero lembrar algo sobre o sentido da palavra **respeito**. Sua origem está no latim *respectus* e indica um sentimento de apreço, consideração, deferência, algo que merece um segundo olhar, uma segunda chance, uma segunda atenção.

Não tem a ver com concordância com a posição alheia, mas permissão para que ela se manifeste livremente quando não cause dano a outrem. Respeito exige *reciprocidade* e aí entramos num terreno muito complexo que de certa forma está ausente nas instituições sociais mantidas pelo capitalismo vigente, o maior educador de nosso povo. E isto porque quando pensamos em respeito e reciprocidade já temos um quadro mental interpretativo em que submetemos uns aos outros.

Respeitar o diferente não é convencê-lo a aderir ao modelo de comportamento que eu apresento como correto ou que a mídia determinou como correto. Tal forma de respeito na realidade é um sutil autoritarismo, um convencimento de que o diferente tem que ser igual a mim mesmo se eu o afirmo como diferente. Sou eu que afirmo o outro/a como diferente.

Por isso colocar a palavra respeito como anterior às diferenças significa de certa forma limitá-las a uma espécie de ordem interpretativa visto que sozinha a palavra não se dá a si mesma um significado. E a pergunta que surge imediatamente é: quem estabelece o significado e a ordem do respeito, quem a determina, quem a promove? Estamos dessa forma diante das múltiplas interpretações e dos limites que a palavra respeito contém

[...]

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-que-e-mesmo-o-respeito-as-diferencas/>. Acesso em: 14/03/2019

TEXTO 03



Disponível em <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/116050121519/tirinha-original>. Acesso em: 14/03/2019

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 10

E se... Vendêssemos a Amazônia?

“Dar lugar pros gringo entrar”, como tocava o Raul, é uma das maiores lendas urbanas sobre a Amazônia. A idéia de que vão vender a floresta existe há décadas. E ganhou força de 2000 para cá. Coincidência ou não, foi depois que ongs ambientalistas dos EUA e da Europa começaram a comprar terrenos de floresta pelo mundo para impedir o desmatamento. Eles fizeram isso em lugares como Peru, Guiana, Serra Leoa e Ilhas Fiji – levantando suspeitas conspiratórias de que isso seria fachada para governos ricos se apoderarem das riquezas dos pobres. Esse tipo de coisa rola aqui também. Por exemplo: o magnata sueco Johan Eliasch, dono de ong, comprou uma área na Amazônia do tamanho da cidade de São Paulo – e revende partes de “sua” selva a ambientalistas (ou a cientistas do mal, como pensam os de imaginação fértil). Só que a lei brasileira não permite que um monte de Johans faça a mesma coisa: dois terços da Amazônia não podem sair das mãos do governo. Os 25% que sobram podem ser vendidos.

Mas no mundo das teorias mirabolantes o que está em questão nem é esse tipo de comércio. Mas a venda da soberania mesmo – geralmente com o Estado entregando a floresta a um “consórcio de empresas” ou coisa que o valha a troco de dinheiro. Nesse cenário doido, em que o mapa do Brasil perderia sua Região Norte, o mais difícil seria encontrar um comprador disposto a pagar o justo. As estimativas do governo, afinal, é de que existam pelo menos US\$ 15 trilhões em reservas minerais e US\$ 5 trilhões em madeira sustentável, ou seja, que pode ser cortada, vendida e replantada. Ainda não entrou no cálculo a maior riqueza da região: metade das espécies vegetais e animais do planeta. Curas de doenças como a aids e o câncer podem estar escondidas em uma planta desconhecida, por exemplo – e, como a densidade de espécies de plantas lá é a maior do Universo conhecido, trata-se de um belo campo de pesquisas. Quanto isso vale? Bom, só a cura do câncer renderia US\$ 50 trilhões a quem a descobrisse, segundo um estudo da Universidade de Chicago. Para comparar: a receita anual da maior farmacêutica do planeta, a Pfizer, é de US\$ 12 bilhões. Por outro lado, uma “Amazônia internacional” até que ficaria bonitinha depois de receber uma enxurrada de investimentos. Já o Brasil, coitado, poderia acabar realmente mal. Olha lá.

Por Daniel Schneider

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ideias/e-se-vendessemos-a-amazonia/>.

Acesso em: 10/01/2019

QUESTÃO 01

O texto apresenta várias palavras acentuadas. Dentre elas, a única acentuada incorretamente, segundo as regras de acentuação, encontra-se na alternativa:

- (A) Idéia.
- (B) Décadas.
- (C) Consórcio.
- (D) Sustentável.
- (E) Amazônia.

QUESTÃO 02

Segundo o texto, um dos efeitos causados pela venda da Amazônia seria:

- (A) A cura do câncer e da aids.
- (B) A sustentabilidade da Região Norte.
- (C) A fragilização do Brasil.
- (D) A falência da Pfizer.
- (E) A extinção das espécies que nela habitam.

QUESTÃO 03

O verbo utilizado no título do texto está no modo:

- (A) Gerúndio.
- (B) Particípio.
- (C) Indicativo.
- (D) Subjuntivo.
- (E) Imperativo.

QUESTÃO 04

A palavra destacada em “Quanto isso vale? **Bom**, só a cura do câncer renderia US\$ 50 trilhões”, apresenta-se gramaticalmente como:

- (A) Um substantivo.
- (B) Um adjetivo.
- (C) Um advérbio.
- (D) Uma preposição.
- (E) Uma interjeição.

QUESTÃO 05

Quanto ao verbo destacado em “Só que a lei brasileira não permite que um monte de Johans **faça** a mesma coisa” é correto afirmar que:

- (A) Está associado e concorda com “lei”.
- (B) Está associado e concorda com “Johans”.
- (C) Está associado e concorda com “monte”.
- (D) Está associado e concorda “mesma”.
- (E) Está associado e concorda “coisa”.

QUESTÃO 06

O trecho “Esse tipo de coisa rola aqui também” apresenta:

- (A) Um verbo de ligação.
- (B) Um verbo transitivo direto.
- (C) Um verbo transitivo indireto.
- (D) Um verbo intransitivo.
- (E) Um verbo bitransitivo.

QUESTÃO 07

No trecho “uma ‘Amazônia internacional’ até que ficaria bonitinha depois de receber uma **enxurrada** de investimentos”, a fim de se manter o mesmo sentido, a palavra destacada só não poderia ser substituída por:

- (A) Abundância.
- (B) Batelada.
- (C) Exorbitância.
- (D) Chusma.
- (E) Argueira.

QUESTÃO 08

Em “como a densidade de espécies de plantas lá é a maior do Universo conhecido, trata-se de um belo campo de pesquisas” há o uso de uma ênclise que foi empregada pelo fato de:

- (A) Integrar uma oração reduzida de gerúndio.
- (B) Não poder ser utilizado pronome oblíquo no início de frases.
- (C) Ser aplicada junto ao infinitivo não flexionado juntamente com preposição.
- (D) Estar em uma oração optativa na qual o sujeito se antepõe ao verbo.
- (E) Não existir a possibilidade de intercalar pronomes no futuro do presente.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa na qual a dada função sintática **não** corresponde ao termo destacado.

- (A) E ganhou força de 2000 para **cá** – *Adjunto adverbial.*
- (B) Eles fizeram isso em lugares como Peru, **Guiana**, Serra Leoa e Ilhas Fiji – *Aposto.*
- (C) Como pensam os de imaginação **fértil** – *Complemento nominal.*
- (D) **Os** 25% que sobram podem ser vendidos – *Adjunto adnominal.*
- (E) Uma “Amazônia internacional” até que **ficaria** bonitinha – *Predicativo.*

QUESTÃO 10

A justificativa incorreta para o emprego do respectivo sinal de pontuação em destaque está em:

- (A) E se... – *demonstrar hesitação.*
- (B) “Dar lugar pros gringo entrar” – *fazer uma citação.*
- (C) Comprou uma área na Amazônia do tamanho da cidade de São Paulo – e revende partes de sua selva a ambientalistas – *demonstrar uma explicação.*
- (D) (ou a cientistas do mal, como pensam os de imaginação fértil) – *fazer a supressão de uma frase.*
- (E) Ainda não entrou no cálculo a maior riqueza da região: metade das espécies vegetais e animais do planeta – *fazer um esclarecimento.*

INFORMÁTICA
QUESTÃO 11

Um conceito correto para “cloud computing” é:

- (A) Uma tecnologia que permite o acesso a programas, arquivos e serviços por meio da Internet, sem a necessidade de instalação de programas ou armazenamento de dados.
- (B) Uma aplicação disponibilizada por determinados servidores alocados na grande rede, que permite a hospedagem de sites e blogs de forma gratuita ou licenciada.
- (C) Um programa que possibilita o acesso a diversos tipos de aplicativos armazenados em discos remotos espalhados pela Internet, onde o usuário necessita apenas instalar um programa específico de download.
- (D) Uma tecnologia que utiliza servidores locais de grande porte para promover intercâmbio entre empresas no intuito de estabelecer práticas de e-commerce e e-business.
- (E) Um programa utilizado para envio à um disco rígido servidor, localizado em qualquer ponto da Internet, com o objetivo principal de se obter uma cópia de segurança.

QUESTÃO 12

O sistema operacional Windows da Microsoft, oferece uma série de aplicações aos seus usuários e, entre essas aplicações encontramos o “desfragmentador de disco”, que serve, basicamente, para:

- (A) Dividir os setores de um disco rígido para uma gravação mais eficiente de dados.
- (B) Transferir as trilhas defeituosas para uma área do HD que não esteja fragmentada.
- (C) Retificar todos os espaços defeituosos, transformando-os em espaços utilizáveis.
- (D) Reagrupar os espaços não utilizados no HD para otimizar o seu funcionamento.
- (E) Possibilitar que dados possam ser desfragmentados para serem gravados em trilhas diferentes.

QUESTÃO 13

Observe a fórmula matemática abaixo utilizada no programa MS Excel 2016 e versões compatíveis e a seguir aponte a alternativa correta.

=SOMA(A1:A4)

A fórmula matemática acima poderá ser utilizada para:

- (A) Igualar o conteúdo da célula ativa à soma do intervalo entre parênteses.
- (B) Efetivar a soma dos valores apresentados nas células de A1 a A4.
- (C) Somar à célula ativa, a divisão entre os valores das células A1 e A4.
- (D) Fazer a multiplicação do valor da soma à divisão entre os valores de A1 e A4.
- (E) Igualar à soma da célula ativa, a divisão entre os valores de A1 e A4.

QUESTÃO 14

O editor de texto Word da Microsoft, em sua versão 2016, apresenta um recurso muito útil para aqueles usuários que costumam cometer erros de digitação. Esse recurso, devidamente utilizado, permite que o programa corrija equívocos gramaticais do usuário, como por exemplo, em acentuação gráfica e concordância nominal e verbal. Esse recurso pode ser encontrado no menu principal, a partir da opção:

- (A) Formatação.
- (B) Preferências.
- (C) Revisão.
- (D) Exibição.
- (E) Referências.

QUESTÃO 15

Ao se estudar os computadores, observa-se que eles são constituídos, basicamente, pelo hardware e pelo software. Dentro dessa estrutura encontramos vários dispositivos e entre eles, aquele que serve de caminho de comunicação entre dois ou mais dispositivos, apresentando-se, assim, como um meio de transmissão compartilhado. Estamos falando do(a):

- (A) RAID.
- (B) Conector ACP.
- (C) Barramento.
- (D) Interface.
- (E) Intercomunicador.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 16**

Qual das alternativas a seguir **não** é uma atividade privativa de um farmacêutico:

- (A) Desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada.
- (B) Fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica.
- (C) Tratamento e controle de qualidade das águas de consumo humano, de indústria farmacêutica, de piscinas, praias e balneários, salvo se necessário o emprego de reações químicas controladas ou operações unitárias; III - vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados do âmbito das atribuições respectivas.
- (D) Desempenho de outros serviços e funções, não especificados no presente Decreto, que se situem no domínio de capacitação técnico-científica profissional.
- (E) Elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica.

QUESTÃO 17

Qual alternativa representa uma atribuição dos Conselhos Regionais de Farmácia?

- (A) Registrar os profissionais de acordo com a presente lei e expedir a carteira profissional.
- (B) Zelar pela saúde pública, promovendo a assistência farmacêutica.
- (C) Expedir as resoluções que se tornarem necessárias para a fiel interpretação e execução da lei 3.820/60.
- (D) Publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados.
- (E) Propor às autoridades competentes as modificações que se tornarem necessárias à regulamentação do exercício profissional, assim como colaborar com elas na disciplina das matérias de ciência e técnica farmacêutica, ou que, de qualquer forma digam respeito à atividade profissional.

QUESTÃO 18

A cerca do mandato dos membros do Conselho Federal de Farmácia é correto afirmar:

- (A) Poderá ser exercido por farmacêutico de nacionalidade estrangeira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos.
- (B) É privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos.
- (C) Poderá ser exercido por farmacêutico de nacionalidade estrangeira, será oneroso, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos.
- (D) É privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de dois anos.
- (E) É privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será oneroso, meramente honorífico e terá a duração de dois anos.

QUESTÃO 19

Sobre a constituição da renda dos Conselhos Regionais de Farmácia é correto afirmar que será constituída de:

- (A) 1/4 das anuidades.
- (B) 2/4 das anuidades.
- (C) 1/4 da taxa de expedição de carteira profissional.
- (D) 1/4 das multas aplicadas.
- (E) 3/4 das anuidades.

QUESTÃO 20

Qual a data limite para o pagamento da anuidade do Farmacêutico junto ao Conselho Regional que é vinculado:

- (A) 31 de dezembro de cada ano.
- (B) 1º de janeiro de cada ano.
- (C) 31 de março de cada ano.
- (D) 10 de janeiro de cada ano.
- (E) 15 de março de cada ano.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei 5.991/73 DROGA é:

- (A) Produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.
- (B) Matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes.
- (C) Substância ou matéria-prima que tenha a finalidade apenas sanitária.
- (D) Matéria-prima, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes.
- (E) Substância ou matéria-prima que tenha a finalidade medicamentosa ou sanitária.

QUESTÃO 22

A Lei 5.991/73 define FARMÁCIA como:

- (A) Unidade da empresa destinada ao comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.
- (B) Estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.
- (C) Estabelecimento que realize dispensação de plantas medicinais.
- (D) Estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.
- (E) Estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos industrializados em suas embalagens originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento a localidades desprovidas de farmácia ou drogaria.

QUESTÃO 23

“Medicamento que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, que apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca”. O conceito retro mencionado representa que tipo de medicamento?

- (A) Medicamento Similar.
- (B) Medicamento Genérico.
- (C) Medicamento de Referência.
- (D) Medicamento Puro.
- (E) Medicamento Bioequivalente.

QUESTÃO 24

Compete a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, **exceto**:

- (A) Definir as diretrizes estratégicas da Agência.
- (B) Propor ao Ministro de Estado da Saúde as políticas e diretrizes governamentais destinadas a permitir à Agência o cumprimento de seus objetivos.
- (C) Cumprir e fazer cumprir as normas relativas à vigilância sanitária.
- (D) Nomear e exonerar servidores, provendo os cargos efetivos, em comissão e funções de confiança, e exercer o poder disciplinar, nos termos da legislação em vigor.
- (E) Editar normas sobre matérias de competência da Agência, que devem ser acompanhadas de justificativas técnicas e, sempre que possível, de estudos de impacto econômico e técnico no setor regulado e de impacto na saúde pública, dispensada essa exigência nos casos de grave risco à saúde pública.

QUESTÃO 25

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária será nomeado pelo(a):

- (A) Ministro da Saúde.
- (B) Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- (C) Presidente da República.
- (D) Congresso Nacional.
- (E) Vice-Presidente da República.

CONHECIMENTOS GERAIS**QUESTÃO 26**

Parque Nacional da Serra do Divisor é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral da natureza localizada no estado do Acre. Que outra característica podemos afirmar em relação a este parque?

- (A) Está próximo da Cidade do Rio Branco.
- (B) Está situado em um planalto.
- (C) Fica na fronteira com o Peru.
- (D) É o segundo maior parque do Brasil.
- (E) Situa-se no extremo norte do Acre.

QUESTÃO 27

O impasse que houve entre o Brasil e a Bolívia sobre a posse do território onde se encontra o estado do Acre durou anos. Observando-se as respostas, que fato culminou com o fim deste impasse?

- (A) Redefinição das fronteiras entre Brasil e Bolívia.
- (B) Revolta Acreana.
- (C) Lei de ampliação da Amazônia.
- (D) Acordo Bolívia-Brasil.
- (E) Tratado de Petrópolis.

QUESTÃO 28

Após o fim do governo de Guiomard dos Santos no então território do Acre, ele encabeçou um movimento para transformar o território em estado. Qual foi o nome deste movimento?

- (A) O Acre é do Brasil.
- (B) Ascensão do Acre.
- (C) Acre Livre.
- (D) Automista do Acre.
- (E) Insurgência Acreana.

QUESTÃO 29

O Acre é um dos 27 estados brasileiros, ele é o 15º em extensão territorial. Conferindo os itens abaixo sobre outras possíveis singularidades do estado do Acre, qual item está incorreto?

- (A) Está situado em um planalto.
- (B) Localizado no sudoeste da Região Norte.
- (C) O ajuste das fronteiras com o Peru foi concluído após a decretação como Território Federal.
- (D) Na década de 60, foram criadas as Reservas Extrativista.
- (E) Neutel Newton Maia contribuiu para a criação do Estado do Acre.

QUESTÃO 30

A estrutura do relevo do Estado do Acre está caracterizada, respectivamente por uma extensa superfície rebaixada e baixos platôs. Que outra caracterização podemos dizer desta estrutura de relevo?

- (A) Depressão periférica.
- (B) Chapadas da bacia dos rios.
- (C) Depressões interplanálticas.
- (D) Grandes áreas alagadiças.
- (E) Terras baixas costeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

“Através da lei é possível criar deveres, direitos e impedimentos, estando os indivíduos dependentes da lei. Pode-se dizer que esse princípio representa uma garantia para todos os cidadãos, prevista pela Constituição, pois por meio dele, os indivíduos estarão protegidos pelos atos cometidos pelo Estado e por outros indivíduos. A partir dele, há uma limitação no poder estatal em interferir nas liberdades e garantias individuais do cidadão. Assim, de modo geral, é permitido a todos realizarem qualquer tipo de atividade, desde que esta não seja proibida ou esteja na lei”.

O trecho textual acima se refere ao princípio constitucional da:

- (A) Liberdade.
- (B) Integridade.
- (C) Licidade.
- (D) Legalidade.
- (E) Isonomia.

QUESTÃO 32

“Do ponto de vista material, a Constituição é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais” (BONAVIDES, 2017, p. 80).

As Constituições podem ser classificadas corretamente como:

- (A) Conservadoras, quando fundadas no costume constitucional, cujos traços característicos coincidem historicamente, em larga parte, com a presença de regimes absolutistas.
- (B) Flexíveis, quando não exigirem nenhum requisito especial de reforma, podendo, entretanto, serem emendadas ou revistas pelo mesmo processo que se emprega para fazer ou revogar a lei ordinária.
- (C) Consuetudinárias, quando não puderem ser modificadas da mesma maneira que as leis ordinárias. São constituições que demandam um processo de reforma mais complicado e naturalmente mais solene.
- (D) Unificadas, quando se acharem contidas inteiramente num só texto, com os seus princípios e disposições sistematicamente ordenados e articulados em títulos, capítulos e seções.
- (E) Legal, quando imposta através de ato unilateral de vontade política soberana. Do ponto de vista político, representa quase sempre uma inelutável concessão feita por aquela vontade ao poder popular ascendente.

QUESTÃO 33

Dentro do contexto da organização da administração pública podem ser observadas inúmeras classificações dos órgãos públicos. Essa grande diversidade classificatória ocorre em função das múltiplas e variadas atividades do Estado e, entre elas, temos a classificação quanto a posição que ocupam na estrutura estatal. Segundo esse critério, os órgãos públicos podem ser:

- (A) Independentes, quando se tratar de órgãos que tem origem na Constituição, não possuem qualquer subordinação hierárquica ou funcional e sujeitam-se, somente, a um controle de ordem constitucional.
- (B) Superiores, quando apresentarem autonomia administrativa, jurídica e financeira, mesmo que não contemplem funções técnicas e de planejamento na área de suas correspondentes atribuições.
- (C) Simples ou unitários, quando forem dotados de um único centro de competências ou atribuições. Em sua estrutura não há outro órgão público para realizar sua função ou auxiliar no seu desempenho.
- (D) Singulares, quando forem órgãos que decidem e agem pela manifestação de um só agente, que é seu titular. O desempenho das atribuições de sua competência é que podem estar a cargo de vários agentes.
- (E) Unilaterais, quando estiverem presentes em apenas uma das esferas do governo ou unidade de poder. As suas competências e atribuições na respectiva esfera serão outorgadas pelo representante maior do poder em questão.

QUESTÃO 34

Do que trata a acepção estrita das garantias constitucionais?

- (A) Aceita as garantias constitucionais como garantias da própria Constituição.
- (B) Observa que são concebidas para manter a eficácia e a permanência da ordem constitucional.
- (C) Indica essas garantias como garantias dos direitos subjetivos expressos ou outorgados na Carta Magna.
- (D) Oferece um mecanismo primordial e poderoso de segurança e conservação do Estado de Direito.
- (E) Estabelece limites para essas garantias, respeitando-se os apontamentos jurídicos, legais e criminais.

QUESTÃO 35

Pode-se conceituar o ato administrativo como sendo toda prescrição unilateral, juízo ou conhecimento, predisposta à produção de efeitos jurídicos, expedida pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes, no exercício de suas prerrogativas e como parte interessada numa relação, estabelecida na conformidade ou na compatibilidade da lei, sob o fundamento de cumprir finalidades assinaladas no sistema normativo, sindicável pelo Judiciário.

Assim sendo, pode-se entender que o ato administrativo:

- (A) Alcança atos dos que não estão investidos de poder, como, em princípio, são os particulares.
- (B) Não possui uma definição clara sobre a condição de expedição por se reportar, amplamente, como Estado.
- (C) Abriga, mesmo que de forma indireta, os atos materiais e não materiais, devidamente preordenados.
- (D) Alcança uma condição concreta, mas não explicita seguramente os efeitos e suas prescrições.
- (E) Abriga os atos concretos e os abstratos, mas não chega a acolher os contratos administrativos.

QUESTÃO 36

O condicionamento da liberdade e da propriedade dos administrados aos interesses públicos e sociais é alcançado pela atribuição de polícia administrativa, ou comumente chamado, de poder de polícia. Sobre esse poder é correto afirmar:

- (A) Diz-se, conceitualmente, que é utilizado para promover a expansão do exercício da liberdade dos administrados no interesse público ou social.
- (B) O fundamento da atribuição de polícia administrativa está centrado num vínculo geral entre a Administração Pública e os administrados.
- (C) É caracterizado por alguns elementos, entre eles: editado pela Administração Pública ou por quem lhe faça as vezes; e incidir sobre a integridade e a segurança.
- (D) No que se refere à competência, cabe a cada um dos Estados-membros, a fiscalização de entrada, extradição e expulsão de estrangeiros em seu território.
- (E) A expressão "atribuição de polícia" pode ser tomada tanto no sentido amplo, quanto estrito. No sentido estrito, alcança apenas os atos do poder Legislativo.

QUESTÃO 37

Os atos administrativos podem ser agrupados segundo diversos critérios. Aponte a alternativa que apresenta conteúdo correto sobre esse contexto classificatório.

- (A) Quanto à natureza da atividade administrativa, os atos administrativos podem ser públicos ou privados.
- (B) Constitutivos ou declaratórios podem ser os atos quanto à composição da vontade.
- (C) Negociais ou meros atos são os atos administrativos agrupados sob o critério da abrangência dos efeitos.
- (D) Quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir podem ser vinculados ou discricionários.
- (E) Simples ou composto podem ser os atos quanto à estrutura do desenvolvimento de seu conteúdo.

QUESTÃO 38

O direito ao serviço público é reconhecido em favor dos usuários por doutrinas e jurisprudências. A antecipação da tutela é legítima, especialmente, em relação aos serviços de saúde. É direito público subjetivo, de exercício pessoal:

- (A) Quando o serviço prestado for de ordem genérica, estando ou não o utente na área respectiva da prestação, mas que atenda às condições previstas para a obtenção.
- (B) Se o usuário estiver recebendo um serviço específico e atender às condições previstas para a obtenção dele, mesmo que não esteja na área respectiva da prestação.
- (C) Se caso o usuário, estando em sua área respectiva de prestação, estiver recebendo um serviço de ordem genérica, desde que atenda às condições previstas para a obtenção.
- (D) Quando o usuário recebe um serviço genérico ou específico, atendendo as condições previstas para a obtenção, desde que esteja em sua respectiva área da prestação.
- (E) Quando o serviço for específico e o utente, estando na área da respectiva prestação, tiver atendido às condições previstas para a sua obtenção.

QUESTÃO 39

Dentre as modalidades licitatórias instituídas através da Lei Federal das Licitações e Contratos e Lei Federal 10.520, aquela que:

“É indicada para contratos de vulto médio, que admite interessados cadastrados antes do início do procedimento, seja pelo sistema de regime cadastral, seja pela apresentação de toda a documentação e atendimento de todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior ao do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, aberta com a devida publicidade”.

A modalidade licitatória em questão é:

- (A) Leilão.
- (B) Pregão.
- (C) Tomada de preço.
- (D) Carta-convite.
- (E) Concurso.

QUESTÃO 40

Nos contratos administrativos são partes, a Administração Pública, chamada de contratante e de outro lado, o particular, denominado, contratado. A “competência legislativa” para um contrato administrativo é:

- (A) Da União e dos Estados-Membros, somente.
- (B) Dos Estados-Membros; do Distrito Federal; e dos Municípios, somente.
- (C) Apenas dos Municípios.
- (D) Da União; dos Estados-Membros; do Distrito Federal; e dos Municípios.
- (E) Do Distrito Federal e dos Municípios, somente.

QUESTÃO 41

“É a atribuição de vigilância, orientação e correção de certo órgão ou agente público sobre a atuação de outro ou de sua própria atuação, visando confirmá-la ou desfazê-la, conforme seja ou não legal, conveniente, oportuna e eficiente.”

O conceito acima está mais adequadamente ligado a (o):

- (A) Fiscalização Pública.
- (B) Organização Pública Administrativa.
- (C) Controle da Administração Pública.
- (D) Princípio da Legalidade Administrativa.
- (E) Função Disciplinar Pública.

QUESTÃO 42

Os servidores públicos que, no desempenho de suas competências ou sob a alegação de desempenhá-las, cometerem infrações civis, penais e administrativas, haverão de responder por elas perante a Administração Pública direta, autárquica ou fundacional pública e perante a Justiça comum ou federal. Dentro desse contexto é correto afirmar:

- (A) Essa responsabilização do servidor público é de cunho pessoal, não podendo, portanto, haver nenhum tipo de incidência de coautoria do ato infracionário por parte da entidade a que o servidor se liga ou até mesmo pelo seu superior hierárquico.
- (B) Responsabilidade do servidor estatutário, em sentido lato, é o dever que esse agente público tem de suportar as sanções que lhe são impostas em razão de fato ou ato irregular, comissivo ou omissivo, que lhe seja atribuído.
- (C) A responsabilidade penal do servidor público é a que decorre da prática ou da omissão, dolosa ou culposa, de atos e fatos que lhe são atribuídos e que causaram um dano à entidade a que se liga ou a terceiro.
- (D) A prática de crimes funcionais se dá em decorrência da responsabilidade administrativa do servidor público e o mesmo estará sujeito não só às sanções internas da entidade a qual está ligado, como também às sanções criminais.
- (E) A responsabilidade civil do servidor público é a que resulta do descumprimento de normas internas da entidade a que está vinculado, da violação do correto desempenho do cargo ou da infração de regras estatutárias.

QUESTÃO 43

A “Licitação” é dada como um procedimento levado a efeito para se buscar uma melhor proposta para o fornecimento de um produto ou prestação de serviço. Ela apresenta diversos princípios que estão definidos nos termos do art. 3º da Lei Federal 8.666/93. O princípio que trata especificamente sobre o instrumento convocatório diz que:

- (A) A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
- (B) A entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, deve observar a adoção de um estander.
- (C) Deve ser vedado aos agentes públicos admitir ou tolerar atos de convocação que estabeleçam preferências.
- (D) O julgamento das propostas deve ser efetivado com base no critério indicado no ato convocatório.
- (E) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública, os quantitativos das obras e preços unitários.

QUESTÃO 44

“Improbidade administrativa” está adequadamente caracterizada na alternativa:

- (A) Ação pública de transferência de responsabilidade. Ocorre quando um agente público não se sente capacitado ou habilitado para executar determinada tarefa e a repassa para outrem.
- (B) Fenômeno processual que comumente se dá no momento em que um agente público, investido das prerrogativas de seu cargo, deixa de cumprir com suas obrigações estatutárias.
- (C) Trata-se de uma ação praticada contra a administração pública, por um agente público ou privado, de ordem física ou jurídica para a qual o Estado intercederá com as medidas administrativas cabíveis.
- (D) Ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da administração pública, cometido por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente desta.
- (E) Apresenta um respaldo legal estabelecido pela Lei 8.429/92, outorgada como Lei de Controle Improbatório (LCI), onde em seus arts. 2 e 3, define do que trata o ato em questão.

QUESTÃO 45

O contrato é lei entre as partes. Apesar de ser assim, em algumas hipóteses, a doutrina e o Direito Positivo tem admitido a sua alteração, no entanto, somente em determinadas circunstâncias e sob certas condições, a alteração é legítima. Alteração é, pois, toda modificação que um contrato pode sofrer, podendo ser administrativa ou consensual. A alteração consensual, chamada de acordo, caberá quando:

- (A) Não for conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) For necessária a determinação de impossibilidade de modificação do regime de execução da obra.
- (C) Se tornar necessária a modificação da forma de pagamento e permissividade de antecipações financeiras.
- (D) For permitida a transferência de responsabilidade financeira ou jurídica das partes envolvidas.
- (E) For necessária devido a manutenção da relação econômico-financeira inicialmente pactuada.

QUESTÃO 46

Observe as assertivas que tratam sobre a classificação dos bens públicos e a seguir aponte a alternativa correta.

1. Bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades.
2. Os bens de uso natural são todas as coisas móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público, usáveis sem formalidades por qualquer pessoa. São exemplos desses bens: os rios, as ruas e praças.
3. De uso especial são os bens como terrenos e edifícios destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

Está correta a análise das assertivas acima, o constante da alternativa:

- (A) As assertivas 2 e 3 estão corretas. A assertiva 1 está incorreta porque não existe a classificação de bens, apontada.
- (B) Todas as assertivas estão corretas. Não há nenhum erro nas classificações de bens indicadas nas assertivas.
- (C) Apenas a assertiva 1 está correta, pois as classificações apontadas nas assertivas 2 e 3, não existem.
- (D) A assertiva 1 está correta, no entanto a assertiva 2 está incorreta porque não existe a classificação de bens, apontada.
- (E) Apenas a assertiva 2 está correta, visto que as classificações apontadas nas assertivas 1 e 3, não existem.

QUESTÃO 47

Os bens públicos são prestigiados por diversas cláusulas, e em certos casos, inerentes ao nosso Direito desde a Constituição Federal de 1824. Existe uma cláusula que protege a propriedade dos bens públicos, quando terceiros visam adquiri-la através de usucapião. Os bens públicos qualquer que seja a espécie ou natureza, não podem ser usucapidos. Esse prestígio dos bens públicos é dado pela cláusula da:

- (A) Imprescritibilidade.
- (B) Inalienabilidade.
- (C) Impenhorabilidade.
- (D) Não-oneração.
- (E) Intransferência.

QUESTÃO 48

Processo administrativo pode ser definido como um conjunto de atos ordenados, cronologicamente praticados e necessários a produzir uma decisão sobre certa controvérsia de natureza administrativa. São estruturados através de princípios, como o que diz que: "Cabe à Administração Pública, e somente a ela, a movimentação do processo administrativo, ainda que instaurado por provocação de particular". Esse princípio é do (a):

- (A) Primazia pública.
- (B) Oficialidade.
- (C) Competência pública.
- (D) Formalismo.
- (E) Legalidade objetiva.

QUESTÃO 49

Dentro de um recinto estavam conversando três personalidades: um marechal; um embaixador e; um secretário de Estado. Analise o texto abaixo que retrata parte do diálogo e a seguir aponte a alternativa correta.

... e assim o marechal virou-se para o secretário e disse:

— Meu prezado secretário, vossa senhoria acha que devemos então interceder militarmente no caso em pauta?

— Depende muito da nossa condição de negociação, respondeu o secretário. O que acha disso o nosso excelentíssimo embaixador?

E num certo instante de dúvida, o embaixador respondeu:

— Acho que precisamos esgotar inicialmente todos os recursos necessários a uma boa negociação e, se depois de esgotada essa condição o caso não se resolver, partiremos para a ação mencionada pelo excelentíssimo marechal.

Dentro do uso correto de pronomes e de locuções pronominais de tratamento que possuem larga tradição na língua portuguesa, pode-se afirmar:

- (A) O marechal se equivocou ao chamar o secretário de "vossa senhoria", pois deveria tê-lo chamado de "vossa excelência", no entanto, foi adequadamente tratado pelo embaixador.
- (B) O embaixador se equivocou ao chamar o marechal de "excelentíssimo", visto que o certo seria "vossa senhoria", no entanto, foi adequadamente tratado pelo secretário.
- (C) O secretário se equivocou ao chamar o embaixador de "excelentíssimo", pois deveria ter usado o termo "vossa senhoria", no entanto foi adequadamente tratado pelo marechal.
- (D) O marechal usou corretamente o termo "vossa senhoria" para o secretário, que por sua vez, também acertou ao chamar o embaixador de "excelentíssimo".
- (E) O secretário tratou o embaixador de forma correta, assim como foi adequadamente tratado pelo marechal.

QUESTÃO 50

Como os estoques constituem parcela considerável dos ativos das empresas, eles recebem um tratamento contábil minucioso e são classificados, principalmente para efeitos contábeis, em cinco grandes categorias. Indique a alternativa que apresenta consideração falsa sobre essas categorias.

- (A) Estoques de materiais são todos os itens constantes em estoque prontos a serem comercializados, para clientes previamente cadastrados ou não.
- (B) Estoques de produtos em processo são todos os itens que já se encontram no processo de venda, ou seja, já tiveram seu estoque contabilizado e aguardam apenas, a distribuição.
- (C) Estoques em trânsito são todos os itens que já foram enviados da unidade fabril para o respectivo cliente e que está apenas aguardando a contraprestação financeira.
- (D) Estoques estáticos são todos os itens que estão estocados em um período superior ao considerado estoque mínimo para cada item em separado.
- (E) Estoques em consignação são os materiais que continuam sendo propriedade do fornecedor até que sejam vendidos, em caso contrário, são devolvidos sem ônus.

QUESTÃO 51

Dentro do cenário da gestão de material, no que se fundamenta e análise ABC?

- (A) Em uma verificação entre os itens estocados, de quais apresentam uma maior ou menor variação na qualidade dos seus respectivos insumos.
- (B) Trata-se de uma análise gráfica que demonstra, em um determinado período de tempo, quais os fornecedores cadastrados que mais ou que menos atenderam a empresa.
- (C) Uma análise feita através de quadros demonstrativos que identifica o desempenho de comercialização de insumos e produtos acabados num determinado espaço de tempo.
- (D) Consiste na verificação, em determinado espaço de tempo, do consumo, em valor monetário ou quantidade, dos itens constantes em estoque.
- (E) Se fundamenta em determinar o nível de qualidade de insumos utilizados na produção, identificando como “A” aqueles de melhor qualidade e “C” de pior qualidade.

QUESTÃO 52

A gestão de material é uma função administrativa que envolve uma série de atividades no âmbito organizacional. Dentre essas atividades temos o que se chama de função compras. Pergunta-se: do que trata a “verticalização” dentro desse contexto?

- (A) Uma forma de produção de materiais, onde a empresa deverá utilizar a maior parte de seus insumos em uma produção sistemática pré-definida e uma outra menor, em produção on demand.
- (B) Uma estratégia de aquisição de recursos materiais e patrimoniais, que prevê que a empresa deverá buscar a produção interna de tudo aquilo que estiver ao seu alcance.
- (C) Uma sistemática de cadastro de fornecedores que visa organizá-los como se fosse uma fila, no intuito de se controlar melhor a sequência de pedidos de produtos para a empresa.
- (D) Um tipo de procedimento organizacional de compra de material, que possibilita que os produtos comprados em tempos mais remotos tenham preferências às novas compras.
- (E) Uma forma de medida de desempenho da produção organizacional, que possibilita informar quais os produtos mais fabricados em um dado período de tempo.

QUESTÃO 53

Do que trata a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011?

- (A) Complementa e atualiza as disposições dos direitos das pessoas com deficiência.
- (B) Determina de forma específica, as situações de prioridade de atendimento.
- (C) Dispõe procedimentos para a garantia do acesso à informação.
- (D) Define a normatização dos veículos públicos ao atendimento às pessoas com deficiência.
- (E) Normatiza as diretrizes regionais dos Conselhos de Farmácia.

QUESTÃO 54

A Lei 10.520/2002 institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que não apresenta uma consideração correta sobre o pregão.

- (A) Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação na modalidade, de empresas terceirizadas internacionais, desde que as mesmas apresentem os documentos comprobatórios de certidão negativa e de capacidade técnica.
- (B) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- (C) A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- (D) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- (E) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

QUESTÃO 55

Dentro do contexto das rotinas de protocolo observamos o recebimento de correspondências, as quais podem ser classificadas quanto:

- (A) À origem, que pode ser interna ou externa. Interna é aquela que é totalmente tramitada dentro da mesma unidade ou entidade administrativa.
- (B) Ao âmbito de movimentação, que pode ser recebida ou expedida. Expedida é aquela correspondência que é enviada pelo setor de protocolo a unidades internas ou externas.
- (C) À natureza, que pode ser oficial ou particular. Particular é aquela que apresenta uma comunicação informal, mantida entre órgãos ou entidades da Administração Pública.
- (D) A forma de controle, que pode ser registrada ou simples. Registrada é aquela em que o protocolo emite um documento que deve ser assinado no ato do recebimento da correspondência.
- (E) Ao conteúdo, que pode individual ou múltipla. Múltipla é o tipo de correspondência que é enviada ou recebida que apresenta dois ou mais documentos.

QUESTÃO 56

Pode ser considerado como conteúdo correto a respeito de abuso de poder e abuso de autoridade o que está contido na alternativa:

- (A) Abuso de poder está legislativamente posto no art. 5º do Decreto Lei 3.689, enquanto que abuso de autoridade se encontra legislado no art. 3º do Decreto Lei 5.200.
- (B) No abuso de autoridade temos a tipificação daquelas condutas abusivas de poder como crimes. Abuso de autoridade é o abuso de poder analisado sob as normas penais.
- (C) Tratam-se de duas formas arbitrárias de agir do agente público no âmbito administrativo, em que está adstrito ao que determina a Lei e claramente observado no princípio da moralidade.
- (D) Além do abuso de autoridade ser infração administrativa, também é utilizado no âmbito penal para caracterizar algumas condutas específicas de abuso de poder.
- (E) O abuso de poder abrange o abuso de autoridade, conforme se pode vislumbrar pelo disposto no art. 4º da Lei 4.898, a qual utiliza conceitos administrativos para tipificar condutas contrárias à lei.

QUESTÃO 57

A Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças no colo e obesos, lhes promovendo atendimento prioritário. Aponta ainda essa Lei:

- (A) Que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após seis meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.
- (B) Os proprietários de veículos de transporte coletivo terão o prazo de noventa dias, a contar da regulamentação desta Lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso das pessoas portadoras de deficiência.
- (C) O Poder Legislativo deverá regulamentar e sancionar esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contado de sua publicação.
- (D) A infração ao disposto nessa Lei sujeitará às concessionárias de serviço público, multa de até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por veículo sem as condições previstas.
- (E) As empresas de construção civil, responsáveis pela construção de logradouros e sanitários públicos terão a partir desta data, 120 (cento e vinte) dias para se adaptarem às novas normas.

QUESTÃO 58

Para efeitos do Decreto Federal 7.724/12, considera-se:

- (A) “Dados processados”, todos aqueles que se tornaram informação a partir de algum procedimento processual, seja ele civil ou criminal.
- (B) “Documento”, qualquer unidade de registro de informação, desde que apresente um formato e suporte, previstos na legislação normatizadora.
- (C) “Informação pessoal”, a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- (D) Como condição de “autenticidade”, a qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (E) Como condição de “integridade”, a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

QUESTÃO 59

Trata-se de princípio da Administração Pública:

- (A) Da “divulgação”, que trata de tornar público o conhecimento sobre o ato, pois o mesmo deve ser publicado, cabendo o sigilo somente em casos de segurança nacional ou investigação policial.
- (B) Da “formalidade”, que indica ao administrador o dever de não apenas cumprir a lei formalmente, mas cumprir, substancialmente, procurando sempre o melhor resultado para a Administração.
- (C) Da “legalidade”, que impõe ao administrador público a obrigação de apenas praticar atos para seu fim legal, ou seja, aquele indicado pela norma e pelo Direito, sem buscar fins pessoais.
- (D) Da “eficiência”, que exige que a atividade administrativa seja prestada com presteza e rendimento funcional, exigindo a concretização de resultados positivos para o serviço público.
- (E) Da “imparcialidade”, que indica que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei a às exigências do bem comum.

QUESTÃO 60

A Lei 9.784/99 regula o processo administrativo:

- (A) No âmbito da Administração Federal direta ou indireta, visando, em especial, a limitação dos direitos dos administrados na execução dos deveres da Administração.
- (B) Considerando, somente, a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta ou indireta e a entidade, dita como a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (C) Indicando à Administração Pública a observância de vários princípios como, por exemplo, o princípio do salvo conduto e o princípio da proporcionalidade.
- (D) Concedendo certos direitos aos administrados, como o de formular alegações e apresentar documentos depois da decisão para que sejam apreciados e julgados.
- (E) Observando-se diversos critérios, entre eles a divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.